

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S678	A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-535-8 DOI 10.22533/at.ed.358191408 1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 300
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A **Sociologia e as questões impostas ao desenvolvimento humano**, coletânea de dezoito capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute o desenvolvimento humano e seus desdobramentos por meio da sociologia.

Partindo para as temáticas impressas nos capítulos aqui reunidos, temos desde contribuição que versa sobre o pensamento de Weber, passando por cultura e tradução e alcançando análises sobre literatura, língua, linguagem, discurso, regionalismo e nacionalidade. As relações sociais também encontram espaço na presente obra a partir da figura do casamento, bem como da relevância da dança como recurso para o ensino infantil.

Permanecendo nos discursos, mas agora na denúncia de abusos, decorrentes do não reconhecimento das outridades, há colaborações que evidenciam a violência perpetrada por meio de práticas machistas, da exploração de crianças devido a invisibilidade social e da denúncia ao assédio sofrido. O papel da mulher no espaço público, notadamente no cenário político, é apresentado como condição de autonomia feminina que, movida pelos seus interesses, pelo seu querer, dita as regras de suas ações, de sua vida.

Convidamos a todos a experimentar as leituras deste volume que é composto pelas seguintes participações:

- **MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECCIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS**, de Márcio José Rosa de Carvalho;
- **CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA**, de Paulo Gerson Rodrigues Stefanello;
- **COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS**, de Maressa de Jesus Evangelista e Glória Dias Soares Vitorino;
- **MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS**, de Danúbia Aline Silva Sampaio e Jairo Venício Carvalhais Oliveira;
- **DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS**, de Carla Andréia Schneider e Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti;
- **DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO**, de Deborah Gomes de Paula e Regina Célia Pagliuchi da Silveira;
- **NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA**, de Daniele de Oliveira;
- **O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES**

DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO, de Adriana do Carmo Figueiredo;

- **CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE**, de Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis;
- **O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS**, de Olga Valeska Soares Coelho;
- **LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN**, de Carolina Casarin Paes;
- **A TURMA CAIPITA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**, de Lays Matias Mazoti Corrêa;
- **CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**, de Laís Marina de Souza;
- **A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, por Carlos Alexandre Borges de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Moraes;
- **RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS**, por Loriane Trombini Frick, Bruno Barbosa de Souza, Leidyane Tiberio Neves, Karianny Aparecida Gerotto del Mouro, Alysson Mateus Rabelo Kiessow, Ígor Prochnow e Joyce Coldebella;
- **POLÍTICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN) VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT**, por Leila Chaban;
- **#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO**, por Magall Simone de Oliveira; e
- **RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA**, por Vanderson de Gois Santos.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS	
Márcio José Rosa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3581914081	
CAPÍTULO 2	16
CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	
Paulo Gerson Rodrigues Stefanello	
DOI 10.22533/at.ed.3581914082	
CAPÍTULO 3	24
COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS	
Maressa de Jesus Evangelista Glória Dias Soares Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.3581914083	
CAPÍTULO 4	36
MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS	
Danúbia Aline Silva Sampaio Jairo Venício Carvalhais Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914084	
CAPÍTULO 5	52
DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS	
Carla Andréia Schneider Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti	
DOI 10.22533/at.ed.3581914085	
CAPÍTULO 6	64
DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO	
Deborah Gomes de Paula Regina Célia Pagliuchi da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914086	
CAPÍTULO 7	76
NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA	
Daniele de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3581914087	

CAPÍTULO 8	88
O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO	
Adriana do Carmo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.3581914088	
CAPÍTULO 9	101
CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE	
Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3581914089	
CAPÍTULO 10	110
O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS	
Olga Valeska Soares Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.35819140810	
CAPÍTULO 11	118
LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN	
Carolina Casarin Paes	
DOI 10.22533/at.ed.35819140811	
CAPÍTULO 12	128
A TURMA CAIPIRA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Lays Matias Mazoti Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.35819140812	
CAPÍTULO 13	142
CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	
Laís Marina de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.35819140813	
CAPÍTULO 14	153
A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Carlos Alexandre Borges de Lima	
Maria do Perpetuo Socorro Bandeira Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.35819140814	
CAPÍTULO 15	165
RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS	
Loriane Trombini Frick	
Bruno Barbosa de Souza	
Leidyane Tiberio Neves	
Karianny Aparecida Gerotto del Mouro	
Alysson Mateus Rabelo Kiessow	
Ígor Prochnow	
Joyce Coldebella	
DOI 10.22533/at.ed.35819140815	

CAPÍTULO 16	179
POLITICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN)VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT	
Leila Chaban	
DOI 10.22533/at.ed.35819140816	
CAPÍTULO 17	193
#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO	
Magali Simone de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.35819140817	
CAPÍTULO 18	209
RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA	
Vanderson de Gois Santos	
DOI 10.22533/at.ed.35819140818	
SOBRE O ORGANIZADOR	224
ÍNDICE REMISSIVO	225

RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS

Loriane Trombini Frick

Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Curitiba – Paraná

Bruno Barbosa de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel, Cascavel - Paraná

Leidyane Tiberio Neves

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Karianny Aparecida Gerotto del Mouro

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Alysson Mateus Rabelo Kiessow

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Ígor Prochnow

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

Joyce Coldebella

Universidade Federal do Paraná, Setor Palotina, Palotina – Paraná

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar vivências machistas entre membros da comunidade interna e externa de uma universidade no Estado do Paraná, bem como, analisar quais indicações são apontadas por estes para superação da desigualdade de gênero. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter qualitativo. Os dados foram coletados

via formulário *online* usando a ferramenta “Formulários” do *Google* e pela disponibilização de caixas coletoras em locais comuns da universidade. Procedeu-se à análise de conteúdo, com criação de categorias. O conteúdo dos relatos foi, principalmente, de caráter sexual, sobre o trabalho e capacidades intelectuais. Como enfrentamento, os respondentes indicaram a promoção do respeito, luta por direitos, educação, conscientização e mais informação, além de fomentar uma cultura de inclusão e de convivência com a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Machismo. Equidade. Gênero. Diversidade.

REPORTS OF EXPERIENCES MALE CHAUVINISM

ABSTRACT: The objective of this work is to identify and analyze male chauvinist behaviors between members of the internal and external community of an university in the state of Paraná as well as to analyze these members’ indications to overcome the gender inequality problem. The presente work is a descriptive study with qualitative objectives. Data was collected through an online form, using the tool “Forms” from Google and through provision of collector boxes in the university’s common areas. To analyze the content, categories were created. The reports’ matter were, mainly, consisted of

sexual nature comments about work and intellectual capacity. Regarding confrontation, the survey respondents elicited respect promotion, fight for rights, education, awareness and more information distribution, as well as encouragement of an inclusive culture and diversity coexistence.

KEYWORDS: Male chauvinism. Equality. Gender. Diversity.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra mulher tem como base, muitas vezes, o machismo, originado de uma cultura que tenta incutir a ideia de que a mulher é biologicamente desfavorecida e tem suas capacidades inferiorizadas em relação aos homens. Esse tipo de violência, perceptível no decorrer dos séculos, baseia-se na ideia de que as mulheres são facilmente domesticáveis, emocionalmente descontroladas, geradoras de comportamentos irracionais e ilógicos, para justificar tais agressões (BOURDIEU, 1995). Nesse sentido, é necessário desnaturalizar esse comportamento violento baseado em argumentos tão frágeis e ultrapassados. Pois não condiz com a realidade em que vivemos atualmente, onde a mulher, muitas vezes, tem suprido o papel feminino e masculino dentro de uma sociedade (CUNHA, 2014).

Muitas leis e políticas públicas foram criadas ao longo dos anos, como resultado da luta das mulheres e de outros grupos sociais, ambicionando a equidade de gênero, a liberdade de identidade de gênero e sexual, e a não violência. Um exemplo das conquistas do movimento feminista e de mulheres, e dos demais grupos sociais é a Lei nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006); a incorporação da orientação sexual e a identidade de gênero como direitos humanos (ONU, 2008); e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2009); juntamente o Estatuto da Juventude com texto sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade (BRASIL, 2013); e a lei do feminicídio, Lei nº 13.104 (BRASIL, 2015).

Os números de casos de violência contra a mulher evidenciam que ainda há muito o que se fazer. De acordo com os dados obtidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgados no “Mapa da Violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil” (WASELFILSZ, 2015), a taxa de assassinato de mulheres no Brasil é de 4,8 por 100 mil, ocupando assim a 5ª posição no ranking de feminicídio (entre 83 países), sendo que essa violência expressivamente maior na população negra. Em 2013 o número de assassinatos de mulheres brancas caiu para 1.576, sendo que em 2003 foram contabilizadas 1.747 vítimas (mulheres brancas). Pode-se perceber uma queda de 9,8% no total de assassinatos do período. Já aos índices de assassinato de mulheres negras, aumentaram significativamente 54,2% no mesmo período, passando assim de 1.864 para 2.875 vítimas (WASELFILSZ, 2015).

O Fórum de Segurança Pública realizou uma pesquisa, utilizando informações das Secretarias de Segurança Públicas, Polícia Civil e Militar de vários Estados,

indicando dados preocupantes. Segundo este estudo, aproximadamente 12 mulheres, no Brasil, são vítimas de assassinato, e 135 delas são estupradas por dia. Em 2016 foram apontados 49.497 casos de estupro em diferentes Estados, 4.657 assassinatos, sendo que 533 foram considerados feminicídio (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Registros de agressões contra as mulheres não se limitam apenas a atos físicos. Mas às agressões psicológicas, que causam sofrimento para as mulheres, e muito frequentemente, traumas permanentes. Segundo Waiselfilz (2015), as agressões psicológicas contra as mulheres, tanto na adolescência quanto na fase adulta, chegam a quase 39.000 mil casos de queixas. Esse mesmo relatório apresenta dados sobre o número de atendimento de mulheres pelo Sistema Único de Saúde (SUS), registrados no ano de 2014, sendo 27.315 registros de violências contra crianças e 38.137 registros de violências contra adolescentes. Os principais tipos de violência que afetam meninas (crianças e adolescentes) foram: física (22% crianças e 40,9% adolescentes), sexual (29% crianças e 24,3% adolescentes) e negligência/abandono (28,3% crianças).

Nesse sentido, dados publicados em 2018 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), revelam que no ano de 2017 foram assassinadas 179 pessoas Trans, das quais, 169 eram Travestis e Mulheres Transexuais e 10 eram Homens Trans. Essa associação revela que o Brasil não conta com dados oficiais de assassinatos a Travestis e Transexuais, portanto, esse número pode ser ainda maior. Segundo a ANTRA, estima-se “[...] que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos” (ANTRA, 2018, p. 16). Observa-se, ainda, a questão de gênero como possível motivador dos assassinatos:

[...] 94% dos assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino (169 casos). Reforçando a necessidade da equiparação e enquadramento do assassinato de Travestis e Mulheres Transexuais na Lei do Feminicídio, visto que a taxa de assassinatos de Travestis e Mulheres Transexuais, em relação a população Trans é de 11,9 homicídios a cada 100 mil, *enquanto a taxa de assassinatos de mulheres cis é de 4,8 assassinatos para cada 100mil Mulheres Cisgêneras - que coloca o Brasil no 5º Lugar em assassinatos de Mulheres do mundo, de acordo com o Mapa do Feminicídio do Brasil - Dossiê Feminicídio* (ANTRA, 2018, p. 19, grifos do autor).

Visto essa rápida exposição, de alguns dados relativos à violência contra a mulher, destacamos que este estudo surgiu de dados coletados para uma roda de conversa, promovida pelo Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade”, iniciado em agosto de 2017, o qual tem por objetivo construir ações que fomentem a equidade de gênero e a garantia de direitos para mulheres e para público LGBTQIA+ da comunidade de uma cidade do oeste do Paraná. O projeto, por meio de palestras, oficinas, rodas de conversas e outras atividades, busca realizar reflexões democráticas a respeito de temas sugeridos pela própria comunidade.

Em junho de 2018 foi realizada uma roda de conversa chamada “*Machismo na Universidade*”, para a qual foram coletados alguns relatos de membros da comunidade interna e externa da universidade sobre situações machistas que teriam cometido,

sofrido ou presenciado, bem como possibilidades de superação da desigualdade de gênero na nossa sociedade. Esses relatos, anônimos, foram usados como base nas discussões e reflexões realizadas na roda de conversa. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar e refletir vivências machistas de membros da comunidade interna e externa, da universidade, expressos nos relatos coletados; bem como, analisar as indicações expressas nestes relatos, referentes à superação da desigualdade de gênero.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Balestrin e Soares (2015, p. 58), “[...] o machismo é uma forma de discriminação, muitas vezes naturalizada em nossa sociedade, guiada pelo pressuposto de que o homem é um ser superior à mulher”. Para as autoras, o machismo considera a existência de uma hierarquia nas relações, se materializando de distintas formas:

[...] desde uma palavra que ofende, menospreza e/ou inferioriza a pessoa pelo fato de ser mulher, até formas de violência mais graves, como a violência física, sexual e patrimonial. Muitas vezes, o machismo está sutilmente colocado em piadas, expressões culturais, músicas, falas e tons de falas que implicitamente (ou nem tão implicitamente assim) partem do princípio de que as mulheres são mais frágeis, incapazes de determinados feitos, menos inteligentes para algumas habilidades (BALESTRIN; SOARES, 2015, p. 58).

Tendo em vista que o machismo presume a hierarquização entre os gêneros, pondo a masculinidade no topo da pirâmide, ele se coloca contrário à *equidade*, um dos princípios da justiça, que indica que todos temos direitos iguais. Segundo a Constituição Federal, no seu

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] (BRASIL, 1988, s/p).

Igualdade e equidade são princípios fundamentais de justiça social, alcançados por meio de lutas (AZEVEDO, 2013). O movimento feminista, luta historicamente, pela equidade de gênero, isto é, contra a opressão às mulheres e a favor de uma sociedade onde, homens e mulheres possam conviver de forma justa, democrática e com igualdade de direitos (LOURO, 2014).

As definições de masculinidade e feminilidade postas socialmente presumem que tais aspectos são e estão relacionados diretamente com o sexo biológico. Entretanto, Louro (2014) nos diz que tais categorias, de masculinidades e feminilidades, são na verdade, frutos de uma construção social, cultural e histórica, que contribui para a (re)construção de diferentes *identidades de gênero*. Todavia, é importante ressaltar

que a categoria *sexo* refere-se apenas as características biológicas, relacionadas à anatomia e a fisiologia.

Assim, ao pensarmos o machismo, suas relações desiguais e de superioridade masculina, nos remetemos ao patriarcado, que contribuiu e contribui, significativamente, para a construção e reafirmação social das relações dominação-subordinação. Já nas sociedades igualitárias Saffioti (2004) destaca que estas eram baseadas na caça e na coleta, portanto, a organização do trabalho não era baseada na desvalorização ou inferiorização das mulheres (como seres frágeis ou incapazes), o que possibilitava uma independência, na qual a mulher não dependia de um marido ou pai. Havia também, conforme Redd (2008), uma divisão social do trabalho, onde as mulheres eram consideradas fundamentais para a unidade social.

Nas sociedades patriarcais, baseadas numa ideologia sexista, há diferença de papéis e o estabelecimento de uma relação de dominação-subordinação (BOURDIEU, 1995). Diferentemente das sociedades igualitárias, nas sociedades patriarcais a mulher se priva ao ambiente doméstico, de modo a atender os desejos sexuais do marido, e atuar como reprodutora e mantenedora do lar. Enquanto ao homem, cabe a responsabilidade pelo trabalho, para manutenção financeira do lar, e a reprodução. Nesse sentido, ao refletir a respeito do patriarcado, Saffioti (2004) destaca que este sistema naturaliza, socialmente, um pacto no qual se cria a ideia de que o homem possui o direito ao corpo da mulher, de todas elas, tornando-o um direito sexual.

Segundo Cunha (2014), isso pode ser percebido no sistema jurídico. A autora relata que “O Código Civil de 1916 dispunha que ao homem cabia o exercício do pátrio poder e que à mulher, ao tornar-se esposa, ficavam restritos diversos direitos civis, que dependiam da autorização do marido para serem por ela exercidos”. Somente em 1988, como a promulgação da Constituição Federal é que “o Direito brasileiro reconheceu a igualdade entre homens e mulheres, inclusive na sociedade conjugal” (Ibid., p. 155). Lira e Barros (2015) destacam que “Na sociedade patriarcal, o pai tinha todo o poder sobre a família. E assim, com o casamento, a mulher deixava de ser “posse” do pai para ser do marido. E com tanto poder, o homem podia tudo contra a mulher, inclusive violentá-la” (p. 276).

Percebe-se, portanto, que as construções históricas dos papéis de gênero vão influenciando na diferenciação, no tratamento desigual e na (re)produção de violências. Como um reflexo da violência propagada contra as mulheres, os homens também podem ser vítimas das violências de gênero. Ao não se enquadrar, por exemplo, nos papéis definidos socialmente, para o gênero masculino. Visto isso, podemos perceber que a herança da sociedade patriarcal parece viver nas relações sociais, mesmo que simbolicamente (LIRA; BARROS, 2015).

3 | METODOLOGIA

Este é um estudo descritivo, de caráter qualitativo (GIL, 2011). Os dados foram coletados via formulário *online*, anônimo, usando a ferramenta “Formulários” do *Google*, e pela disponibilização de caixas coletoras em locais comuns da universidade, para que as pessoas deixassem relatos de situações machistas como alvos, autores ou espectadores, de forma anônima. A caixa continha uma instrução, explicando o que era o projeto e solicitando que as pessoas deixassem um relato, de forma anônima: “*Você já presenciou, praticou ou foi vítima de machismo? Compartilhe conosco sua experiência. Escreva-a num papel.*” O formulário *online* continha esta mesma pergunta e incluía a seguinte questão: “*Para você, como podemos superar a desigualdade de gênero?*”. Tanto o formulário *online*, quanto a caixa pediam, apenas, que a pessoa se identificasse como aluno(a), professor(a), técnico(a) administrativo(a) ou visitante externo(a) à Universidade.

Foram confeccionadas dez caixas, e distribuídas em diferentes locais, como banheiros (masculinos e femininos) e entradas dos prédios, da universidade. O Formulário *online* foi disponibilizado na página do *Facebook* do Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade” (@dialecticaediversidade), compartilhado em inúmeras páginas pessoais e relacionadas à universidade. As caixas e o formulário ficaram disponíveis para o público por cerca de 15 dias. Ressaltamos que no momento da coleta dos relatos não havia o objetivo de fazer uma investigação científica, por isso, não se procedeu com o rigor metodológico necessário. A análise do seu conteúdo foi realizada de forma superficial durante a roda de conversa sobre machismo, como já relatado.

Foram coletados 22 formulários *online* e 42 relatos depositados nas caixas coletoras. Realizamos a leitura das respostas, bem como a criação de categorias para análise de conteúdo (BARDIN, 2011), para melhor compreensão dos resultados. São categorias que se aproximam, muitas vezes, o que faz a organização em categorias ser meramente didática. As categorias foram criadas pelos autores, a partir da leitura dos dados, tentando responder as perguntas: *Qual o principal teor das situações machistas vivenciadas ou praticadas? De que forma o machismo se materializa?*

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram obtidos 64 relatos (22 respostas no formulário *online* e 42 relatos depositados nas caixas coletoras). Os dados evidenciaram que o machismo está presente nas relações sociais e no cotidiano dos respondentes. As situações relatadas evidenciaram a ideia de subordinação, inferiorização ou até mesmo de fragilidade da mulher perante o homem. Essas concepções se materializam de diferentes formas, nas relações interpessoais. O conteúdo dos relatos foi, principalmente, de caráter sexual, seguido de questões relacionadas ao trabalho e às capacidades intelectuais. Algumas menções foram feitas sobre questões físicas, econômicas, de liberdade, afetiva e de

habilidades. O teor de cada relato pode ter relação com mais de uma categoria, por isso o número de citações de vivências pode ser maior que o número de relatos. A seguir, apresentaremos os dados organizados em categorias, que são meramente didáticas e talvez se aproximem em vários momentos.

Machismo com conotação sexual

Obtivemos relatos de vivências nas quais mulheres foram assediadas sexualmente; vivem em relacionamentos abusivos; ou são (ou foram) tratadas como objetos sexuais. Nesta categoria se enquadram 27 relatos. Os relatos mencionam o assédio cometido por homens nas ruas, em festas ou em locais coletivos como ônibus, onde homens assobiam, fazem comentários sobre seus corpos (positiva ou negativamente) ou forçam o toque. Também relataram o fato de terem que manter relações sexuais com o parceiro mesmo sem vontade, ou tentativas de relação sexual, vindas de pessoas estranhas, quando estavam em situação de fragilidade, como quando alcoolizadas em festas. Alguns trechos evidenciam o exposto:

Fui parada na greve dos caminhoneiros só pq meu carro estava só com meninas [...] Já fiquei com receio de ir tirar dúvidas com um professor em sua sala, por ele ter “fama” de dar em cima das alunas (PESSOA RESPONDENTE A).

Diversas vezes, principalmente em festas. Garotos apalpando meninas e se misturando na multidão. Totalmente desrespeitoso. (PESSOA RESPONDENTE B)

No colégio um garoto para se gabar com os amigos bateu na minha bunda na frente de todos, e eu me senti horrível com o abuso dele. (PESSOA RESPONDENTE C)

A primeira vez muito tempo estava bêbada em festa com amigos, sentei no sofá e veio um bosta e se achou no direito de passar a mão na minha perna, eu disse não, ele insistiu e tocou na minha vagina e clitóris, por cima da calça; na mesma hora, me levantei e fui embora [...]. (PESSOA RESPONDENTE D)

“Estava indo pegar o ônibus. Ao freiar do ônibus um cara chegou por trás e de cara o empurrei. Me senti péssima, e com o passar dos dias reparei que ele fazia sempre, com a desculpa de ser culpa do ônibus. Situação péssima. (PESSOA RESPONDENTE E)

Algumas pessoas relataram o julgamento realizado ao comportamento feminino, que considera que a mulher deve ser “difícil”, isto é, não ter relações sexuais nos primeiros encontros e de que não pode andar somente com meninos, pois estas não serviriam para serem esposas. Também ligado ao comportamento feminino, houve relato de que são constantes os comentários no sentido de o que deixa as mulheres nervosas seria a “falta de homem”.

Uma pessoa relatou que foi assediada numa entrevista de emprego. Nesta situação, o entrevistador sugeriu que ela soltasse os cabelos, pois ficaria mais bonita:

Durante uma entrevista de emprego, o entrevistador, que era diretor do curso pré-vestibular particular, me pediu para soltar os cachos e disse que eu ficava mais bonita daquele jeito. Me pediu para ir na próxima etapa de cabelo solto. Como eu não estava lá para participar de um concurso de beleza e sim por uma vaga como

Houve relato de que alunas da universidade teriam sido orientadas por uma professora a não irem para as aulas com roupas curtas para não tirarem a atenção dos alunos. Tais relatos, evidenciam a concepção de que o homem possui total controle e domínio sobre a sexualidade e o corpo feminino, e o trata apenas como objeto dos seus interesses. Nesse sentido, Minayo (2005) pontua que:

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (MINAYO, 2005, p. 23-24).

Machismo com conotação a capacidade intelectual

Nesta categoria estão os relatos de vivências machistas que fazem alusão à capacidade cognitiva da mulher, sugerindo que ela seria inferior intelectualmente, em comparação ao homem ou de que determinadas áreas científicas ou tarefas fossem de exclusividade masculina. Foram 8 citações nesse sentido. Elas se materializam em expressões ou ações como o tratamento de professores com relação a alunas em sala de aula, tratando-as como inferiores; com maior dificuldade de compreensão dos conteúdos do que os alunos, ao perguntar às alunas se precisaria que explicasse novamente para elas; ou ao expressar sua admiração pela qualidade do trabalho realizado apenas por mulheres.

Também há relatos de pessoas que vivenciaram situações em que alunos pediam para os professores explicarem novamente a matéria, porque as alunas não haviam compreendido, quando na verdade eram eles (alunos) que estariam com dificuldades.

Apenas uma pessoa informou que se sente discriminada por estudar ciência, área de física.

Uma pessoa ressaltou que sofreu preconceito dentro do trabalho por seus colegas, ao dizerem que ela teria conseguido subir de cargo apenas por ser mulher.

Alguns relatos são exemplo do exposto:

Sim, o coordenador do curso de Engenharia Renováveis disse que ficaria admirado se o trabalho desse certo por ter sido feito somente por mulheres (PESSOA RESPONDENTE G)

Quando um boy não entende a matéria e pede para explicar p/ as meninas? (PESSOA RESPONDENTE H)

Professores que tratam alunas, como inferiores aos alunos, sempre reforçando como as mulheres são inferiores e ainda utilizam da autoridade de professor para isso (PESSOA RESPONDENTE I)

Podemos perceber que dentro do meio acadêmico, há uma grande inferiorização da capacidade cognitiva das mulheres, expressa tanto por alunos quanto por professores. No meio profissional, a competência e as conquistas de uma mulher são reduzidas ao seu corpo, e não a sua capacidade intelectual.

Machismo com conotação aos aspectos físicos

Muitas situações machistas vivenciadas pelas pessoas que responderam os formulários, materializam-se em expressões relacionadas ao aspecto físico da mulher. Nesta categoria, identificamos cinco relatos de mulheres que sofreram preconceito, de homens e de mulheres, por não seguirem o padrão de corpo feminino (magra, branca de cabelos longos e lisos), estereotipado socialmente, como podemos perceber no relato *“Fiz uma entrevista para o cargo de secretária, depois de sair de lá super esperançosa eu soube que ele não me efetivou por ter o cabelo curto e ser gordinha”* (PESSOA RESPONDENTE K).

Uma destas pessoas relata ter desenvolvido distúrbios alimentares e depressão. Fato que pode ser considerado como uma consequência do machismo sofrido:

Não sei se é do assunto, mas eu tive bulimia e anorexia, pois meu namorado e a mãe dele me chamavam de gorda, então eu comecei a comer e vomitar, fiquei internada 2 semanas, melhorei e acabei depois de anos tendo depressão e engordei 20 quilos, hoje passo por tudo novamente, além do meu namorado é algo que a sociedade impõe “Seja magra”! (PESSOA RESPONDENTE L).

Ainda com relação à aparência física houve indicação de que são constantes os comentários sobre aparência e vestimenta de mulheres, dentro do ambiente de trabalho universitário: *“Constantemente ouço comentários sobre a aparência ou vestimenta de mulheres”* (PESSOA RESPONDENTE M); *“Tem um grupo de meninos na turma de Computação com perfil fake no Tinder que alegam só dar likes em gordas, feministas e essas puta”* (PESSOA RESPONDENTE N).

Mulheres também são discriminadas no quesito força física. Dois relatos indicaram a presença constante de comentários que insinuam que mulheres não podem ser mais fortes que homens. O exposto pode ser observado nos seguintes relatos: *“Sim, presencio constantemente. Mulheres sendo inferiorizadas com relação a sua capacidade física[...]”* (PESSOA RESPONDENTE O). *“Sim, onde um menino fala que é mais forte que ela e diz que mulher nenhuma é mais forte que homem”* (PESSOA RESPONDENTE P).

Machismo com conotação às diferenças de trabalho

Quanto à opressão e discriminação contra as mulheres nos ambientes de

trabalho, em oito momentos são relatados que determinados cargos e locais de trabalho são reservados apenas para homens, ou apenas para mulheres. Alguns relatos apresentaram situações de discriminação que se manifestavam em comentários relacionados ao estranhamento por haver mulheres em equipes com muitos homens, como em trabalhos na área da computação, ou pela mulher ter comprado seu próprio carro (sozinha) e dirigi-lo.

Uma aluna da universidade descreveu que foi desrespeitada por um agrônomo que chegou na lavoura e ao ver a mulher dirigindo um trator disse que seu lugar não seria ali, mas dentro de casa. Tal concepção, de que o “lugar” da mulher é em casa, realizando atividades domésticas, foi relatada por outras pessoas, que se sentem oprimidas e desrespeitadas pelo julgamento social que as criticam por trabalharem fora de casa. Uma pessoa relatou que seu marido a impede de trabalhar porque, na sua concepção, lugar de mulher em casa, cuidando dos filhos.

Um aluno da universidade relatou que foi machista ao dizer para sua irmã lavar a louça, como se fosse responsabilidade unicamente dela, por ser mulher. Outra pessoa enfatizou que foi vítima de machismo ao não ter conseguido uma vaga numa empresa que contrataria apenas mulheres que não poderiam mais ter filhos.

Trabalho em uma área em que predomina o gênero masculino e normalmente ouço as pessoas dizerem que é estranho ver uma mulher numa equipe cheia de homens (computação). Também sou casada e vejo como machista a ideia de que deveria ficar em casa, ter filhos e tudo mais. Respeito quem pensa assim, mas acharia maravilhoso as pessoas reconhecerem que é ruim (PESSOA RESPONDENTE Q).

Fui vítima de machismo esses dias tava eu e meu pai nas lavouras andando de trator, aí eu estava dirigindo aí o engenheiro o meu pai apareceu e falou que ali não era lugar para mim e sim dentro de casa acho que independente cada um pode escolher o que fazer ele foi muito machista (PESSOA RESPONDENTE R).

Trabalho em uma área em que predomina o gênero masculino e normalmente ouço as pessoas dizerem que é estranho ver uma mulher numa equipe cheia de homens (computação). Também sou casada e vejo como machista a ideia de que deveria ficar em casa, ter filhos e tudo mais. Respeito quem pensa assim, mas acharia maravilhoso as pessoas reconhecerem que é ruim (PESSOA RESPONDENTE S).

Machismo com relação às habilidades

Dentre os relatos obtidos, dois deles foram relacionados à diminuição da habilidade de dirigir da mulher. Uma pessoa disse que praticou isso no trânsito, expressando que mulheres não saberiam conduzir um veículo: “*Sim, já pratiquei no trânsito acidente – “mulher não sabe dirigir”* (PESSOA RESPONDENTE T); outra pessoa diz que essas expressões são comuns, o que faz com que as mulheres se sintam inferiorizadas.

Machismo com conotação à liberdade

Nesta categoria foi identificado o relato de uma pessoa que foi ensinada a chegar cedo em casa, por ser mulher, e que a educação do seu irmão teria sido diferente: “*Pais que ensinam a não chegar tarde só porque sou mulher e meu irmão pode tudo [...]*” (PESSOA RESPONDENTE U).

Machismo com teor econômico

Duas pessoas fizeram alusão à discriminação que sofreram por serem mulheres pagando a conta. Uma foi porque ela teria pago sozinha a conta do motel e outra por ter pago a conta de um restaurante. A ideia de que o homem é o provedor, e que cabe apenas a ele o sustento, é muito forte. E está relacionado ao trabalho, assim como apontava Bordieu (1995). Na categoria onde foram apresentados os relatos de diferenciação quanto aos locais de ocupação de trabalho das mulheres, percebemos certa ênfase de algumas pessoas que acreditam que a manutenção financeira do lar é de responsabilidade do homem, sendo este compromisso direcionado a ele.

Machismo com conotação afetiva

Nesta categoria houve apenas um relato, indicando que "garotos não choram" (PESSOA RESPONDENTE V). Embora não se trate de uma violência contra a mulher, pode ser uma expressão da dominação masculina que afeta as relações homens/homens. Segundo análise feita por Welzer-Lang (2001, p. 462),

[...] a educação dos meninos nos lugares monossexuados (pátios de colégios, clubes esportivos, cafés..., mas mais globalmente o conjunto de lugares aos quais os homens se atribuem a exclusividade de uso e/ou de presença) estrutura o masculino de maneira paradoxal e inculca nos pequenos homens a idéia de que, para ser um (verdadeiro) homem, eles devem combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres.

Formas de enfrentamento da desigualdade de gênero

O formulário *online* continha uma pergunta relacionada à possibilidade de superação da desigualdade de gênero. Das 18 respostas obtidas, a maioria delas refere-se à necessidade de uma sociedade onde haja mais respeito e onde as pessoas possam ser mais conscientes. Outras pessoas dizem que só haveria uma superação se as mulheres lutassem pelos seus direitos, assim teriam mais oportunidades e mostrariam sua capacidade. Alguns mencionaram que a melhor forma de superar as desigualdades seria a convivência com a diversidade, pois não se aceita ou respeita aquilo que não se conhece. Da mesma forma, indicou-se a criação de uma cultura de inclusão.

Algumas pessoas relataram que a superação do machismo seria difícil porque ele seria uma construção cultural no nosso país e estaria enraizado nas relações. Interessantemente, outra pessoa indicou que seria necessário um equilíbrio, e que para isso não deveria haver um feminismo extremo, pois, muitas vezes, "brincadeiras" seriam levadas muito a sério.

Também houve relatos de que não existe machismo na sociedade, bem como relatos negativos quanto à ação do projeto, e a superação da desigualdade de gênero. Uma pessoa escreveu sugerindo que o mundo ficaria melhor se houvesse um

suicídio coletivo das pessoas que acreditam na igualdade de gênero e outra de que a desigualdade só seria superada quando se parasse de falar em gêneros. Uma pessoa ressaltou ainda, que a desigualdade de gênero não existe.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que o machismo é uma forma de preconceito existente, naturalizado e enraizado nas diferentes sociedades, desde muito tempo, a possível solução evidenciada nos relatos coletados seria mudar a forma de educação que faz alusão a distinção de gênero, para uma educação que promova a equidade e que contribua para a desconstrução de estereótipos de gênero, com a promoção do respeito.

Considerando que os relatos foram obtidos dentro do meio universitário e que muitos respondentes foram jovens, evidencia-se que a herança do patriarcado está sendo repassada para as diferentes gerações, que a reproduzem em discursos e ações. Tal fato evidencia a urgência de uma educação de gênero nas escolas.

Quanto aos relatos negativos, referentes ao projeto e à superação da desigualdade de gênero, evidenciam que a temática ainda é um tabu e que incomoda. Tem-se a impressão de que desconstruir e repensar as formas de relação interpessoal incomodam, por que vai ao encontro de concepções preconceituosas, e arraigadas na nossa sociedade, que são reproduzidas e repassadas com força, veracidade e importância. Isso pode ser observado não apenas nos relatos relacionados ao comportamento machista masculino, mas também ao comportamento feminino que compactua com tais violências, legitimando essas condutas, visto que as mulheres ao vivenciarem tal realidade naturalizada, reproduzem as condutas machistas sem se dar conta de tal perigo, para si e para as outras.

Consideramos que as ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Dialética acerca da equidade de gênero e respeito à diversidade” são importantes para a comunidade interna e externa à universidade, pois têm contribuído com a promoção de espaços de discussão e reflexão. Momentos de interação e compreensão da realidade, de diferentes violências, constituindo enquanto um espaço aberto para a mudança de pensamento, e possível construção de relações mais respeitadas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Mapa da violência de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 30 set 2018.

AZEVEDO, M. L. N. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan/jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

Acesso em: jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, p. 133-184, jul/dez, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015, Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 27 abr. 2017.

CUNHA, B. M. da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado**: perspectivas de combate à violência de gênero. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil tem 12 assassinatos de mulheres e 135 estupros por dia, mostra balanço**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1931609-brasil-registrou-135-estupros-e-12-assassinatos-de-mulheres-por-dia-em-2016.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, 2015, p. 275-297. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13622>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 18-34, jan/mar, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000100005>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ONU. **Letter dated 18 December 2008 from the Permanent Representatives of Argentina, Brazil, Croatia, France, Gabon, Japan, the Netherlands and Norway to the United Nations addressed to the President of the General Assembly**. 2008. Disponível em: http://www.hirschfeld-eddy-stiftung.de/fileadmin/images/dokumente/virtuelle_bibliothek/UN_document_63_635_Eng.pdf. Acesso em: 26 abr 2017.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT**. Presidência da República: Brasília, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: homicídios de mulheres no Brasil. 1ª ed. Flacso Brasil: Brasília, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos feministas**, Ano 9, 2º sem., p. 460-482. 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 23

Assédio 193

C

Casamento 151

Científico 224

Criança 60, 180, 183, 188, 191, 192, 202

Cultura 11, 16, 17, 18, 22, 23, 120, 127, 141, 192, 206, 222, 224

D

Dança 8, 110, 111, 153, 155, 162, 163, 164

Desenvolvimento 2, 8, 153, 164, 224, 225, 226, 227

Discurso 36, 39, 50, 52, 62, 64, 66, 75, 76, 77, 83, 87, 88, 89, 90, 99, 100, 101, 102, 108, 109, 121, 142, 143, 150, 151, 152, 206, 208

E

Ensino 51, 62, 63, 110, 111, 224

Exploração 179, 183, 189, 191, 192

L

Língua 28, 29, 50, 75, 224

Linguagem 24, 35, 50, 51, 75, 99, 151, 164, 206, 224

Literatura 88, 111, 118, 119, 121, 123, 125, 224

M

Machismo 165, 167, 171, 172, 173, 174, 175

Max Weber 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15

Mídia 36, 66, 76, 82, 87, 100

Mulher 72, 177

N

Nacionalidade 128

S

Sociologia 2, 5, 1, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 127, 222, 224, 225, 226, 227

T

Tradução 12, 21, 23, 35, 75, 99, 150, 151, 152, 206, 207

V

Violência 166, 177, 178

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-535-8



9 788572 475358